



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 21/10/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado declarou que se completou 1 ano desde que o Senador Rogério Marinho levou à Procuradoria-Geral da República (PGR) a informação de que o delegado Fábio Schor utilizou dados falsos para justificar a prisão de Filipe Martins, citando a fraude em registros da imigração dos Estados Unidos. Assinalou que, apesar da gravidade das alegações, a PGR, sob o comando de Paulo Gonet, se omitiu. Ademais, manifestou preocupação com a repressão a advogados e jornalistas que questionaram os fatos, mencionando a abertura de inquéritos, pelo Ministro Alexandre de Moraes, contra esses profissionais, nomeando como ditadura a perseguição política e judicial que vem sendo praticada. Ainda, tachou como absurda a hipótese levantada pela Polícia Federal de que Filipe Martins teria forjado sua própria entrada nos EUA. Por fim, declarou que o Senado não deveria reconduzir Paulo Gonet ao cargo de Procurador-Geral da República, e reiterou que a imunidade parlamentar foi desrespeitada no indiciamento de três Deputados que apenas exerceram sua função de fiscalização.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 2.100, de 2019, de sua autoria, que prevê o uso de terrenos ociosos da União para a criação de hortas comunitárias e viveiros urbanos com manejo orgânico e agroecológico. Explicou que o projeto autoriza a cessão gratuita dessas áreas por até 5 anos, prorrogáveis, para famílias de baixa renda organizadas em entidades coletivas. Ainda, destacou que a iniciativa transforma espaços abandonados, muitas vezes ocupados por lixo e focos de doenças, em áreas produtivas e sustentáveis, promovendo segurança alimentar, inclusão social, educação ambiental, geração de trabalho e revitalização urbana. Ademais, ressaltou que o projeto tem baixo custo para o Estado e alto impacto social, podendo ser executado em parceria com Municípios, universidades e instituições de pesquisa. Por fim, informou que a proposta já foi aprovada pela Câmara, aperfeiçoada pelo Senado e aguarda parecer da Comissão de Finanças e Tributação.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado destacou a posse da nova Direção da Associação Catarinense das Universidades Comunitárias (Acafe), realizada em Florianópolis (SC), saudando a Profa. Márcia Sardá Espíndola, da Furb, e o Prof. Ricardo Antônio de Marco, da Unoesc, como novos Presidente e Vice-Presidente da entidade. Além disso, relembrou sua trajetória pessoal e profissional ligada às universidades comunitárias, mencionando sua atuação como Pró-Reitor, professor e autor de leis estaduais que possibilitaram bolsas de estudo e formação de professores em Santa Catarina. Por fim, ressaltou sua atuação como Relator da Lei das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Universidades Comunitárias (Lei nº 12.881, de 2013) e manifestou expectativa pela assinatura do decreto presidencial que regulamenta a referida lei.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado elogiou a gestão do Prefeito Bruno Reis em Salvador (BA), destacando seu desempenho como um dos melhores entre os Prefeitos de capitais brasileiras. Assinalou avanços nas áreas da saúde, educação, transporte público e infraestrutura urbana, com ênfase nas ações preventivas nas encostas da cidade que contribuíram para a redução de acidentes durante o período de chuvas. Por fim, ressaltou a trajetória política e administrativa do Prefeito e expressou orgulho pelo fato de ele integrar o partido União Brasil, classificando sua gestão como exemplar e eficaz na promoção da qualidade de vida da população de Salvador.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado registrou reunião realizada na Câmara de Vereadores de Guanambi (BA), com a presença de autoridades e lideranças locais, para discutir a cadeia produtiva do leite na região. Assinalou os desafios enfrentados pelos produtores, especialmente quanto à defasagem do preço pago pelos laticínios, comparando o valor praticado há 3 anos com o atual, inferior em quase 40%. Ademais, reforçou a necessidade de intervenção do Governo, com políticas públicas que assegurem renda, preços mínimos, crédito e assistência técnica, e defendeu medidas que valorizem os mais de 6 milhões de produtores de leite do País. Por fim, homenageou os organizadores e participantes do evento.

Rafael Simoes (UNIÃO - MG) - O Deputado criticou a política do Governo Federal em relação à produção de alimentos, afirmando que, ao buscar reduzir os preços para o consumidor, sacrifica o produtor rural, especialmente os pequenos agricultores familiares. Citou o setor leiteiro, que, mesmo diante de todos os custos e esforços envolvidos na produção do leite, o produtor recebe, atualmente, 2 reais por litro. Além disso, condenou a concorrência desleal gerada pela importação de leite da Argentina e do Uruguai e alertou para o endividamento generalizado e a quebra de laticínios e cooperativas que vêm ocorrendo. Por fim, afirmou que o discurso oficial do PT em defesa do agricultor familiar não se traduz em medidas concretas, e rogou ao Governo e aos Parlamentares da base governista a adotarem ações efetivas em defesa dos pequenos produtores.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado declarou apoio às críticas de Deputados à política nacional do Governo para o setor leiteiro, mencionando a situação da cooperativa de Macuco (RJ). Além disso, criticou a indicação do Deputado Guilherme Boulos para a Secretaria-Geral da Presidência da República, questionando tratar-se de um líder de um movimento que invade propriedades privadas que irá assumir um órgão responsável por fazer interlocução do Governo com movimentos sociais. Ademais, desaprovou a influência sindical no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Governo, apontando que o Sindnapi, sindicato cujo Vice-Presidente é irmão do Presidente Lula, lesou aposentados em 599 milhões de reais. Por fim, manifestou indignação com o fascismo, o corporativismo político e o retrocesso institucional promovido pelo PT nas últimas duas décadas.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado manifestou indignação com a realização de um debate na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), abordando temas que expressam viés ideológico de esquerda e promovem doutrinação. Citou diversos títulos de palestras do evento, os quais tinham abordagens de esquerda sobre cristianismo, conservadorismo, homossexualismo e política. Ademais, declarou que, embora reafirme o orgulho de ser professor da UFMA, a universidade está formando militantes políticos em vez de cidadãos e profissionais. Por fim, parabenizou a UFMA pelos seus 59 anos de existência e rejeitou o uso de instituições públicas de ensino como espaços de doutrinação.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado defendeu a continuidade e a estabilidade da energia solar no Brasil, alertando para os riscos de desestruturação do setor com a Medida Provisória (MP) nº 1.304, de 2025. Relatou sua longa atuação no tema das energias renováveis e destacou que muitos brasileiros investiram em energia solar em escolas, hospitais, indústrias e residências. Ademais, enfatizou a necessidade de segurança jurídica aos pequenos produtores e consumidores, e de proteção para a micro e mini geração distribuída, apontando que apresentou duas emendas à MP com esse objetivo. Por fim, pediu cautela na análise da proposição e reafirmou seu compromisso com a manutenção de um ambiente seguro para a expansão da energia solar.

Leo Prates (PDT - BA) - O Deputado criticou os abusos praticados pelas companhias aéreas, especialmente a intenção de cobrar pela bagagem de mão, além da já vigente cobrança por bagagem de porão. Anunciou a apresentação do Projeto de Lei nº 5.064, de 2025, que visa coibir essa prática, e elogiou a iniciativa do Presidente Hugo Motta em pautar o tema com urgência. Ademais, destacou que, apesar dos benefícios fiscais e regulatórios concedidos às companhias, os preços das passagens não diminuíram, e a malha aérea foi reduzida. Por fim, defendeu a abertura do mercado aéreo brasileiro para companhias estrangeiras, especialmente em rotas abandonadas pelas empresas nacionais, alegando que o monopólio do setor prejudica os consumidores.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou a má gestão do Governo Federal, acusando o Presidente Lula de nomear para cargos ministeriais pessoas sem experiência e sem realizações, e afirmando que a principal exigência para integrar o governo é a incompetência. Apontou como exemplo a nomeação do Deputado Guilherme Boulos como Secretário-Geral da Presidência da República, destacando sua atuação como líder do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e o seu histórico de invasões de imóveis e propriedades privadas. Por fim, mencionou os Correios, apontando que a estatal deverá registrar prejuízo entre 8 e 9 bilhões de reais, o que também evidencia a má gestão do Governo.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado denunciou irregularidades no Estado de Rondônia (RO) envolvendo o irmão do Governador Marcos Rocha. Relatou que, após atuar como CEO da empresa Uzzypay, em 2023, no ano seguinte, assumiu a Secretaria do Departamento de Trânsito do Estado de Rondônia (Detran/RO), e a referida empresa firmou contratos com o Detran, a Caerd e o DER, totalizando mais de 100 milhões de reais. Ademais, apontou indícios de direcionamento de licitações, violação dos princípios da moralidade e impessoalidade na administração pública, além de demissões de servidores que resistiram a irregularidades. Por fim, exigiu investigação por parte do Ministério Público, da Polícia Civil, da Draco e dos órgãos de controle e fiscalização estaduais e reafirmou seu compromisso com a fiscalização e com a defesa do povo de Rondônia, mesmo sob perseguições.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada celebrou os resultados do Programa Bolsa Família, destacando que, em julho de 2025, cerca de 1 milhão de famílias deixaram o programa após conquistarem independência financeira. Explicou que as famílias passaram pela regra de proteção, mecanismo que permite ao beneficiário permanecer no programa por até 12 meses após aumento de renda, garantindo estabilidade durante a transição. Além disso, enalteceu os efeitos positivos do programa e de outras políticas públicas na inclusão produtiva, com beneficiários ingressando no mercado de trabalho formal, se profissionalizando ou empreendendo. Por fim, parabenizou o Ministro Wellington Dias e o Presidente Lula pela condução das políticas sociais e pela responsabilidade política e social.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, por ter concedido, em sua última decisão antes da aposentadoria, liminar que autoriza enfermeiros a realizarem procedimentos de aborto. Classificou a medida como um golpe contra a vida e afirmou que ela atenta contra o direito de nascituros. Ainda, argumentou que o aborto provoca graves consequências psicológicas e sociais para as mulheres, citando índices de aumento de ansiedade, depressão, suicídio e abuso de álcool e drogas. Por fim, reiterou sua defesa do direito à vida desde a concepção, sustentando que o feto possui identidade e material genético próprios, distintos da mãe.

Ismael (PSD - SC) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Marcelo, do Município de Vitor Meireles (SC), no plenário da Câmara. Destacou a atuação do Prefeito em busca de recursos para atender às demandas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

locais e elogiou a nova geração de gestores municipais que têm contribuído para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado saudou a nomeação do Deputado Guilherme Boulos como Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, destacando seu histórico como lutador social e sua missão de fortalecer a articulação entre o Governo e os movimentos populares. Informou que a escolha foi do Presidente Lula, sem mediação partidária, e expressou apoio ao novo Ministro. Além disso, criticou a autorização concedida pelo Ibama para prospecção de petróleo na Margem Equatorial amazônica, defendendo que a produção atual é suficiente e que o foco deve ser a transição energética. Por fim, apontou fontes alternativas de energia como prioridade de investimento e cobrou responsabilidade dos países ricos na redução das emissões, lembrando que apenas 31 dos 194 países signatários do Acordo de Paris cumpriram suas metas até o momento.

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Deputado alertou para os riscos de retrocessos na micro e minigeração distribuída de energia, destacando a insegurança jurídica provocada pela Medida Provisória (MP) nº 1.304, de 2025, ao ameaçar o Marco Legal da Geração Distribuída (Lei nº 14.300, de 2022). Criticou a proposta de criação do Encargo de Complemento de Recursos (ECR), que poderá onerar injustamente pequenos geradores, que investiram em energia solar sob a proteção da referido lei. Ainda, alertou para o risco de retomada do texto suprimido da MP nº 1.300, de 2025, que previa a tarifa multiparte de aplicação compulsória, apontando a atuação da Aneel como desfavorável aos pequenos geradores. Por fim, apelou ao Governo e à Aneel, e, principalmente, ao Congresso, para manter a proteção conquistada pela legislação vigente e reforçou a necessidade de proteger os pequenos geradores de energia solar e preservar os avanços da energia limpa no País.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado criticou a falta de efetividade da Medida Provisória nº 1.314, de 2025, apresentada pelo Governo Federal há mais de 40 dias, que previa recursos para renegociação de dívidas de produtores rurais afetados pela seca. Sobre o assunto, afirmou que nenhum agricultor havia recebido apoio e que o valor de R\$ 12 bilhões era insuficiente diante das dívidas de até R\$ 29 bilhões apenas no Rio Grande do Sul. Além disso, relatou casos de produtores em desespero e 27 suicídios ligados à crise no campo. Por fim, defendeu urgência na votação do Projeto de Lei nº 5.122, em tramitação no Senado, e cobrou respeito e dignidade aos agricultores gaúchos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado repudiou o Governo do Piauí por veicular uma propaganda institucional sobre rastreamento de celulares roubados que reforçou estereótipos racistas. Em seguida,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

criticou a peça por retratar um homem branco sendo assaltado por dois homens negros, associando a população negra à criminalidade. Considerou o conteúdo discriminatório e defendeu a retirada imediata do material do ar, classificando-o como um exemplo explícito de racismo institucional.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado criticou o Presidente da República por, em evento com professores, afirmar que o Congresso Nacional vive seu mais baixo nível histórico. Considerou a declaração um desrespeito ao Parlamento e lamentou a ausência de reação imediata do Presidente da Câmara. Ademais, defendeu a honra e a independência do Legislativo, acusando o Governo de tentar desmoralizar o Congresso e de usar recursos públicos para esse fim. Também rejeitou o discurso de divisão social e afirmou que o País precisa de união, crescimento e responsabilidade com o uso do dinheiro público.

Bibo Nunes (PL - RS) - Deputado criticou o Presidente Lula por ter afirmado que o agronegócio é composto por fascistas, ressaltando que o Governo não concedeu financiamento digno ao setor nem permitiu renegociações. Também enfatizou que o agronegócio impulsionava o progresso e que o Executivo pretendia destinar R\$ 20 bilhões para tapar o rombo dos Correios, cujo déficit projetado era de R\$ 8 a 9 bilhões. Em seguida, alegou que a medida poderia comprometer a Caixa e o Banco do Brasil ao propor financiamentos impagáveis e cobrou prioridade na liberação de crédito para os produtores.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado convidou Parlamentares, servidores e estudantes para a 22ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que teve como tema “Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”. Ademais, lembrou ter coordenado as duas primeiras edições do evento e destacou a importância da valorização da ciência após um período de negacionismo. Ainda sobre o assunto, ressaltou a realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e lembrou ter sido Relator do projeto sobre o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC). Por fim, parabenizou o Ministério da Ciência e Tecnologia e defendeu o investimento científico como base da soberania e do desenvolvimento nacional.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada registrou a realização do Congresso Nacional do PCdoB, que reuniu mais de mil participantes e reconduziu a Ministra Luciana Santos à Presidência do partido. Destacou a unidade política, a aprovação de uma resolução com propostas para o futuro do Brasil e a reafirmação do socialismo como alternativa às desigualdades do capitalismo. Em seguida, manifestou solidariedade ao povo palestino, classificando a situação na Faixa de Gaza como genocídio e denunciando a destruição de hospitais, escolas e moradias. Ao concluir, defendeu a criação do Estado Palestino, o cessar-fogo imediato e o respeito à autodeterminação dos povos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado denunciou um rombo de mais de R\$ 134 milhões no Instituto de Previdência do Município de Ariquemes (RO) e apoiou a abertura de uma CPI na Câmara Municipal para investigar o caso. Além disso, parabenizou os Vereadores Lano Matias, Rafaela do Batista e Filipe Rozique pela iniciativa e convocou os demais Parlamentares municipais a assinarem o pedido de investigação. Também afirmou que os servidores públicos de Ariquemes vivem incertezas quanto ao futuro de suas aposentadorias e cobrou transparência na gestão dos recursos previdenciários.

General Girão (PL - RN) - O Deputado lamentou o assassinato do jovem Isaac Augusto de Brito Vilhena de Moraes, aluno do Colégio Militar de Brasília, morto durante um assalto. Afirmou que o crime foi cometido por um menor reincidente e defendeu mudanças urgentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, argumentando que a legislação atual gera impunidade. Também criticou o Presidente da República e cobrou do Congresso a votação de propostas que endureçam as punições para adolescentes envolvidos em crimes graves. Concluiu enfatizando que a segurança pública exige leis firmes e a responsabilização efetiva de todos os criminosos.

Socorro Neri (PP - AC) - A Deputada destacou a importância estratégica da BR-364 para o Acre e defendeu investimentos contínuos em infraestrutura como condição essencial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Em seguida, enfatizou o estado precário da rodovia e apresentou ações voltadas à integração regional, como a criação da Frente Parlamentar Mista pela Integração Sul-Americana e o Projeto de Lei nº 1.660, de 2024, que institui o “fator amazônico” para garantir políticas públicas adaptadas às especificidades regionais. Ademais, ressaltou que desenvolvimento, integração e transição climática devem caminhar juntos, com base na bioeconomia, na justiça climática e na valorização da ciência e dos povos amazônicos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado registrou a presença de representantes do Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro (CRO-RJ) e elogiou o trabalho desenvolvido pela entidade, presidida por Bastazini, destacando sua gestão como exemplo nacional de organização e eficiência. Ademais, ressaltou a importância do Projeto de Lei nº 765, de 2015, que trata da valorização da categoria e da atualização das regras já previstas em lei, com foco na justiça social e profissional para os cirurgiões-dentistas. Ao finalizar, estendeu sua saudação aos profissionais da saúde bucal em todo o País e reafirmou apoio às demandas da classe.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado destacou a realização do 1º Agro Olinto, evento voltado à valorização da agricultura local, que ocorreria em Antônio Olinto (PR) durante as comemorações dos 64 anos de emancipação política do Município. Além disso, parabenizou o Prefeito Fábio Machiavelli pela iniciativa e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

ressaltou sua trajetória à frente da administração municipal, já em seu terceiro mandato. Enfatizou ainda o compromisso do mandato parlamentar com a cidade, mencionando os investimentos conquistados em diversas áreas. Concluiu celebrando o desenvolvimento regional e o protagonismo de Antônio Olinto no setor agropecuário.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado denunciou a existência de uma rede de gravações ilegais no Maranhão com fins políticos, da qual afirmou ter sido vítima, e acusou o Governador Carlos Brandão e seu irmão, Marcos Brandão, de o terem gravado clandestinamente durante uma reunião sobre pacificação do grupo político. Em seguida, anunciou o pedido de exoneração do Secretário de Articulação Política, Rubens Pereira, seu pai, e classificou o episódio como traição e prática mafiosa. Ao finalizar, defendeu sua coerência e declarou que permaneceria ao lado da verdade, da esperança e da renovação política no Maranhão.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado defendeu a manutenção do ensino de trânsito nas autoescolas e alertou contra propostas de extinção dessas instituições ou aumento de custos na obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Destacou que o valor elevado da habilitação resulta, sobretudo, de taxas cobradas pelos Detrans e de outros encargos administrativos. Como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Educação para o Trânsito e Formação de Condutores, afirmou ser favorável à redução do preço e à ampliação da CNH gratuita, citando o exemplo da Bahia, onde 12 mil pessoas foram beneficiadas. Ressaltou ainda a importância de políticas públicas que conciliem gratuidade e segurança no trânsito.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado afirmou que denúncias recentes envolvendo o ex-chefe de inteligência da Venezuela, condenado por tráfico de drogas, revelaram que redes ligadas ao narcotráfico financiaram o PT e outros partidos de esquerda latino-americanos desde os anos 2000. Também criticou o silêncio da imprensa sobre o caso, que classificou como o “maior escândalo político da América Latina”. Ademais, questionou a atuação da Polícia Federal em investigações envolvendo Filipe Martins, acusando o órgão de perseguir quem denuncia irregularidades. Por fim, ressaltou que o País vive um momento em que denunciar criminosos virou crime e alertou para a ameaça à soberania e à liberdade.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado apresentou o Projeto de Lei nº 5.133, de 2025, que isenta da cobrança das bandeiras amarela e vermelha da tarifa de energia elétrica os Estados que geram mais energia do que consomem. Nesse sentido, argumentou que a medida buscou fazer justiça com populações de regiões autossuficientes, como o Maranhão, que abriga as hidrelétricas de Boa Esperança e Estreito, um parque eólico em Paulino Neves e ampla geração solar fotovoltaica. Também defendeu que não é justo que os maranhenses



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

paguem tarifas mais altas, mesmo produzindo excedente energético, e solicitou apoio dos colegas para aprovação da proposta.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado registrou a presença da primeira Secretária de Administração Penitenciária do Brasil, Maria Rosa, e do Delegado Federal Dr. Poubel, Diretor-Geral do Degase no Rio de Janeiro, destacando o trabalho inovador da gestão penitenciária e socioeducativa no Estado. Ademais, elogiou o governador Cláudio Castro pela sensibilidade com a segurança pública e pela atenção às políticas de administração penitenciária e ações socioeducativas voltadas aos jovens.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado relatou o assassinato do adolescente Isaac Brito Vilhena, de 16 anos, morto em Brasília ao tentar recuperar o celular roubado por outro adolescente, que já havia sido apreendido anteriormente por tráfico de drogas. Criticou a legislação atual que trata crimes graves cometidos por menores como simples atos infracionais e defendeu a retomada do debate sobre a redução da maioridade penal. Por fim, destacou a dor da família da vítima e afirmou que o Congresso tem a obrigação de discutir medidas mais rigorosas para evitar que crimes como o de Isaac se tornem recorrentes no País.

Delegado Fabio Costa (PP - AL) - O Deputado denunciou a grave situação da segurança pública em Alagoas, relatando a circulação de vídeos que mostram criminosos armados realizando abordagens e revistas em cidadãos em Maceió, como se fossem policiais. Criticou o Governo do Estado pela omissão e incompetência na gestão da segurança, afirmando que a ausência de autoridade permitiu que facções criminosas assumissem o papel das forças policiais.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou a importância histórica e social do projeto de irrigação do Vale do Iuiú, no sudoeste da Bahia, aguardado há mais de 40 anos por Municípios como Guanambi (BA), Palmas de Monte Alto (BA), Sebastião Laranjeiras (BA), Iuiú (BA), Malhada (BA) e Carinhanha (BA). Lembrou que a iniciativa foi defendida por diversas lideranças políticas e reforçou seu empenho desde 2019, com audiências públicas e articulações junto a ministros e autoridades. Relatou que, recentemente, foi assinada uma ordem de mais de R\$ 5,5 milhões para a execução do projeto base, e novas audiências ocorrerão em novembro. Por fim, apelou ao apoio da bancada baiana e do Presidente Lula para viabilizar o projeto, que poderá irrigar 51 mil hectares, gerar cerca de 150 mil empregos e movimentar mais de R\$ 2 bilhões por ano na economia regional.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a decisão do Ibama de liberar a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, classificando-a como um erro político e tático. Afirmou que o Brasil, como detentor da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

maior biodiversidade e da maior parte da floresta amazônica, deveria liderar a defesa ambiental mundial e investir na transição energética, não em combustíveis fósseis. Alertou também que o projeto só teria viabilidade econômica por volta de 2045, o que contraria as metas de neutralidade de carbono do Acordo de Paris. Lembrou ainda que a exploração traz risco à biodiversidade local e não garante desenvolvimento social, citando o baixo IDH de Macaé (RJ) como exemplo. Concluiu dizendo que a medida enfraquece a imagem do Brasil às vésperas da COP de Belém e representa uma falsa promessa de progresso para os povos amazônicos.

Thiago Flores (REPUBLICANOS - RO) - O Deputado registrou as visitas de lideranças de Rondônia à Câmara dos Deputados. Saudou a Prefeita de Pimenta Bueno (RO), Professora Marcilene, acompanhada dos Vereadores Sidnei da Planalto e Josiel Leão, destacando o trabalho atuante dos representantes municipais. Também cumprimentou representantes de Ariquemes (RO), sua cidade natal, incluindo Alessandro Silva, Presidente da Associação Comercial e Industrial, Dorival Gaspar, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas e Márcio, da Associação de Mães Autistas de Ariquemes, reconhecida pelo acolhimento e cuidado com crianças autistas.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado criticou o Governo do Presidente Lula ao comentar a nomeação de um novo Ministro que teria histórico de envolvimento em invasões e vínculos com o crime organizado. Afirmou estar estarecido com o que considera um padrão de indicações de pessoas com antecedentes problemáticos para cargos do alto escalão. Citou ainda que pelo menos 16 integrantes do primeiro escalão do Governo já teriam sido investigados ou respondido a processos por crimes como corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Mencionou casos como o do Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, e do Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e ironizou que “quanto pior o currículo, mais cotado o indivíduo está para estar ao lado de Lula”. Concluiu, afirmando que a escolha de um coordenador de invasões para o ministério é mais um “presente de grego” deixado pelo Presidente antes de viajar para a Ásia, enquanto o Governo segue ampliando a máquina pública.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado registrou e parabenizou a presença do Vereador Léo, de Iporã (PR), reconhecido como o Vereador mais jovem do Brasil. Destacou a importância da participação de jovens na política e incentivou o Vereador a continuar frequentando Brasília, ressaltando que “as grandes decisões do País são tomadas aqui” e que é fundamental a contribuição de todos os representantes do Legislativo.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado celebrou o Dia da Alimentação Escolar com um relato pessoal sobre sua infância no Rio Grande do Norte, quando levava rapadura para a escola e sofreu *bullying*, o que o levou a interromper os estudos. Contou que só retomou os estudos graças a um programa criado por Lula no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

sindicato dos metalúrgicos, que permitia aos trabalhadores estudarem independentemente do turno. Hoje, cursando doutorado na USP, destacou o avanço das políticas sociais e educacionais do Governo Lula, como o Programa Pé-de-Meia e a saída do Brasil ao Mapa da Fome, afirmando que o País é outro graças às ações do Presidente.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada denunciou uma resolução do Governo do Estado de São Paulo que permitia a demissão de professores da categoria O, inclusive aqueles afastados por doença ou atuando em programas como o Projeto de Apoio à Tecnologia da Informação (Proati) e salas de leitura, caso tivessem três faltas por doença. Celebrou a conquista do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), que obteve na Justiça uma liminar garantindo a reintegração desses docentes, e elogiou a mobilização dos professores e sindicatos. Por fim, reafirmou seu compromisso com a categoria, destacando que é injusto perder o emprego por motivo de saúde e que esses profissionais são essenciais para a educação pública.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado registrou a visita de estudantes de Direito do Centro Universitário do Rio de Janeiro (Unirj), acompanhados da Professora Flâmer, à Câmara dos Deputados. Destacou que os estudantes puderam compreender o funcionamento do Congresso Nacional, vivenciar o dia a dia de um Parlamentar e se familiarizar com diversas pautas de políticas públicas. Por fim, elogiou a iniciativa, ressaltou a importância da experiência prática na formação dos alunos e desejou sucesso à Unirj.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado saudou a visita de estudantes à Câmara dos Deputados. Em seguida, destacou a presença de representantes de Sinop (MT) da FCDL, CDL Regional e outros dirigentes, que estavam em Brasília (DF) para participar do Fórum do Comércio. Enfatizou a importância do comércio e do trabalho dos empresários e comerciantes para a geração de empregos e desenvolvimento do País, ressaltando o papel dos Parlamentares na defesa dessas pautas.

Da Vitoria (PP - ES) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Nirrô Emerick, de Alegre (ES), e destacou sua trajetória política e a luta para implantar o curso de Medicina no Campus de Alegre da Universidade Federal do Espírito Santo. Informou que, em 2026, o curso já foi confirmado em São Mateus (ES), mas reforçou a importância de levá-lo também a Alegre, que atende a uma ampla região do Caparaó e Municípios vizinhos, e solicitou o apoio da Câmara Federal para viabilizar essa demanda da população.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado criticou a divulgação feita pelo Governo Federal de um final de novela que retratava um Brasil idealizado, apontando que a obra apresenta uma realidade fictícia e distante



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

da vida real da população. Afirmou que o Governo mantém a narrativa de que a pobreza foi superada, quando, na prática, muitas pessoas continuam em situação de vulnerabilidade e dependência de benefícios, sem acesso efetivo a educação, cultura e oportunidades de desenvolvimento. Por fim, acusou a Esquerda de viver numa bolha, desconectada da realidade social do País.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada denunciou a falta de convocação de profissionais aprovados em concursos para a Rede Municipal de Educação de São Paulo (SP), incluindo professores da Educação Infantil e Fundamental e auxiliares técnicos. Ressaltou que, apesar das demandas da rede, a Prefeitura de Ricardo Nunes não chamou esses profissionais, e que já foram realizadas ações junto ao Ministério Público e manifestações para pressionar a convocação. Destacou também a importância de permitir a remoção de professores e funcionários, mesmo em estágio probatório, para garantir estabilidade emocional, bom desempenho e adequação às necessidades locais.

Murillo Gouvea (UNIÃO - RJ) - O Deputado saudou dois Vereadores do interior do Rio de Janeiro, Léo Retto, de Comendador Levy Gasparian (RJ), e Vaguinho, de Santa Maria Madalena (RJ), elogiando o trabalho deles, especialmente na causa do autismo. Destacou que tanto a Câmara quanto seu gabinete estão à disposição desses representantes e de todos do Estado do Rio de Janeiro.

Zé Silva (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado relatou a entrega de mais de 1.200 títulos de regularização fundiária a famílias do norte de Minas, na região do Alto Rio Pardo, destacando a importância de garantir direitos a agricultores que vivem na terra há décadas. Ressaltou que a documentação permite o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de possibilitar a participação no mercado formal. Também mencionou a entrega de máquinas e implementos agrícolas em diversas cidades da região, enfatizando que a política bem feita é aquela que realiza o bem para as pessoas e expressou gratidão a autoridades locais, à Emater, associações, Prefeitos, Vereadores e agricultores.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado destacou a importância de conciliar o direito de propriedade com sua função social e ambiental, ressaltando que direitos como vida e dignidade humana estão acima da propriedade individual. Enfatizou que o Brasil ainda enfrenta grandes desigualdades e que, para um desenvolvimento sustentável e justo, é necessário assegurar que a propriedade cumpra sua função social, especialmente nas áreas urbanas, preservando espaços públicos, nascentes, praças e parques, garantindo o bem comum e fortalecendo o projeto nacional de soberania.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado parabenizou o Município de Nova Canaã, na região sudoeste da Bahia, pelos 64 anos de emancipação política, destacando sua programação festiva, desportiva e religiosa. Cumprimentou autoridades locais, como o Prefeito Dói Rocha, o Vice-Prefeito Wilson Souza, e lideranças do PT, e ressaltou a relevância do Município por ter formado importantes personalidades políticas, acadêmicas e médicas da região, enfatizando sua contribuição para a educação e desenvolvimento do sudoeste baiano.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado expressou preocupação com o Decreto nº 12.681 que reduziu o auxílio-moradia dos médicos-residentes de 30% para apenas 10% do valor da bolsa. Classificou a medida como um retrocesso grave, ressaltando que os residentes enfrentam longas jornadas, plantões exaustivos e custos elevados de vida, especialmente nas grandes cidades, enquanto sustentam a assistência do Sistema Único de Saúde (SUS). Na continuidade, informou ter apresentado o Projeto de Decreto Legislativo nº 843, de 2025, que susta o § 1º do art. 11 do Decreto nº 12.681, de 2025, que regulamenta o pagamento de auxílio-moradia ao médico-residente, defendendo o respeito à legalidade, à jurisprudência e à dignidade desses profissionais em formação. Por fim, criticou o enfraquecimento da formação médica no país, mencionando a autorização de cursos sem estrutura adequada e a falta de investimentos nas residências médicas, reafirmando seu compromisso com a valorização dos profissionais de saúde e com uma política nacional de residência médica mais justa e humana.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a Deputada Maria do Rosário após ela divulgar um vídeo defendendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), afirmando que a Parlamentar omitiu o rombo de mais de R\$ 8 bilhões e o pedido de empréstimo de R\$ 20 bilhões feito pela estatal. Além disso, afirmou que, no Governo Bolsonaro, os Correios tiveram lucro, e acusou o atual Governo e parte dos Parlamentares de falta de compromisso com as estatais, afirmando que todas vêm sendo “quebradas”. Na continuidade, anunciou que está coletando assinaturas para instaurar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, com o objetivo de investigar possíveis desvios e irregularidades financeiras, e encerrou com um repúdio à fala de Maria do Rosário, cobrando mais transparência e responsabilidade na gestão pública.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada repudiou a perseguição política à Deputada Paula Belmonte na Câmara Legislativa do Distrito Federal, afirmando que ela está sendo ameaçada de cassação por cumprir seu papel como Procuradora da Mulher, ao denunciar casos de assédio, “teste de sofá” e “rachadinha”. Além disso, destacou que as denúncias são baseadas em relatos e boletins de ocorrência, e acusou a Câmara Legislativa de tentar silenciar quem enfrenta poderosos. Por fim, fez um apelo à Procuradoria da Mulher e às



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Deputadas Coronel Fernanda e Soraya Santos para apoiarem Belmonte, denunciando o episódio como um ataque machista e político contra uma Parlamentar íntegra.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado saudou a presença da Deputada Estadual Bruna Furlan na Câmara dos Deputados, destacando sua participação no 1º Encontro Nacional dos Legisladores das Comissões de Saúde das Assembleias Legislativas, promovido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE). Na oportunidade, elogiou o trabalho sério e competente de Furlan, lembrando que ela foi Deputada Federal por três mandatos, presidiu a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e é filha do ex-Deputado Federal e Prefeito de Barueri (SP), Rubens Furlan. Concluiu afirmando que Bruna Furlan honra e engrandece o Parlamento.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado comentou o julgamento dos réus do núcleo da desinformação relacionado aos ataques digitais ao sistema eleitoral e aos eventos de 8 de janeiro de 2023. Destacou que os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin, votaram pela condenação de sete acusados, ressaltando que as provas demonstram uma organização criminosa voltada a minar a confiança nas instituições e promover a ruptura da ordem democrática. Afirmou que esses ataques não são liberdade de expressão, mas crimes previstos no Código Penal, incluindo tentativa de golpe de Estado, participação em organização criminosa armada e dano ao patrimônio público e tombado. Por fim, enfatizou que o julgamento pode criar jurisprudência para regulamentar crimes digitais e combater milícias virtuais, afirmando que o caso servirá de exemplo do que não deve ser normalizado.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o Governo Federal por tentar reapresentar, como projeto de lei para aumentar impostos, a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País, e que foi derrubada. Além disso, afirmou que o Brasil não suporta mais a alta carga tributária, lembrando que o país já figura entre os que mais tributam no mundo. Também acusou o Governo de gastar demais, citando as viagens da Primeira-dama Janja e o prejuízo das estatais, e disse que quem paga essa conta é o povo brasileiro. Concluiu dizendo que a população sente o impacto dos aumentos nos preços do café e da picanha, ironizando promessas feitas pelo Presidente Lula.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem extrapolado suas funções ao discutir temas que, segundo ele, pertencem ao Poder Legislativo. Mencionou o Ministro Luís Roberto Barroso, que, ao deixar o STF, teria apresentado um voto favorável à ampliação do aborto. Na continuidade, condenou o aborto, argumentando que fetos a partir de cinco meses já têm condições de sobreviver fora do útero e que a vida é uma questão divina e intocável. Além disso, defendeu que o Estado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

adote políticas de incentivo à adoção em vez de permitir a interrupção da gestação. Concluiu dizendo que aqueles que atentam contra a vida terão de responder diante de Deus, o “dono da vida”.

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado manifestou solidariedade à família e aos colegas do Cabo Vinícius de Castro Lima, policial militar assassinado em Belo Horizonte (MG), na região do Barreiro. Destacou que o cabo, lotado na Companhia Tático Móvel do 39º Batalhão, morreu ao intervir em um assalto, mesmo estando de folga, demonstrando bravura e compromisso com a defesa da sociedade. Lamentou profundamente a perda, afirmando que Minas Gerais e o Brasil perdem um herói, e pediu 1 minuto de silêncio em homenagem ao policial.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado criticou o Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, chamando-o de “o pior Governador do Brasil”, com base em pesquisas de opinião. Denunciou que Castro estaria tentando privatizar a produção de água, vender 40 imóveis do Estado e, por meio do Projeto de Lei nº 6.035, de 2025, retirar cerca de R\$ 5 bilhões do Rioprevidência — recursos destinados à aposentadoria dos servidores — para pagar dívidas com a União. Também alertou que a medida ameaça diretamente o pagamento dos aposentados e pensionistas e pediu que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro rejeite o projeto. Por fim, destacou a mobilização de servidores, movimentos sociais e aposentados contra a proposta e concluiu com palavras de ordem: “Fora, Cláudio Castro! Não à aprovação do PL 6.035!”.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado anunciou a realização do 25º Encontro das Educadoras e dos Educadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) da Bahia, que ocorrerá de 23 a 25 de outubro, na Escola Parque, em Salvador (BA), com foco na educação do campo e no fortalecimento das escolas em assentamentos rurais. Destacou o apoio do Governador da Bahia, que é professor, e a parceria entre Sintia Paula, do setor de Educação do MST, e Rowenna Brito, Secretária Estadual da Educação, na melhoria da estrutura educacional no meio rural. Também informou que, em novembro, o MST na Bahia promoverá encontros regionais de avaliação, abordando avanços na reforma agrária e estratégias para fortalecer a organização e as pautas do movimento. Por fim, celebrou a nomeação de José Ubiratan Rezende Santana (Bira) como Diretor Substituto de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), afirmando que ele trabalhará em parceria com os movimentos sociais e reforçará as ações em prol da reforma agrária e do desenvolvimento sustentável.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado denunciou uma “arapongagem criminosa” envolvendo o Governo do Maranhão, que teria realizado gravações ilegais contra ele, o Deputado Rubens Pereira Júnior e o Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Diego Galdino. Afirmou que a ação teria coparticipação direta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

do irmão do Governador Carlos Brandão e possível envolvimento do próprio Governador. Classificou o episódio como um “ato de gangsterismo político” e criticou Brandão por ter se aliado ao bolsonarismo no Estado, usando um de seus representantes para atacar antigos aliados. Lembrou que o Governador foi eleito com apoio de Flávio Dino e Lula, mas agora estaria traíndo o legado político que rompeu com as oligarquias locais. Também citou a demissão de Robson Paz, Secretário das Cidades do Maranhão e filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), como sinal da incompatibilidade entre o partido e a atual gestão estadual. Encerrando, afirmou que Carlos Brandão “escreve seu nome no pior lugar da política — o da traição”, não apenas aos aliados, mas ao povo do Maranhão, e defendeu investigação pela Polícia Federal (PF) para apurar o caso e punir os responsáveis.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado elogiou o Ministro Márcio Macêdo por seu trabalho à frente da Secretaria-Geral da Presidência da República e pela trajetória de compromisso dentro do Partido dos Trabalhadores (PT). Em seguida, defendeu a escolha do Deputado Guilherme Boulos para o cargo. Destacou que Boulos, vindo de uma família de classe média alta, abriu mão de uma vida confortável para se dedicar à organização dos trabalhadores sem-teto, lutando por moradia digna e atuando por convicção ideológica e solidariedade social. Além disso, ressaltou que o novo Ministro sempre esteve próximo das causas populares e conhece a realidade do povo brasileiro. Criticando os que atacam Boulos “pelas costas”, afirmou ter confiança no trabalho que ele fará à frente da Secretaria-Geral, fortalecendo o diálogo entre o Governo Lula e os movimentos sociais. Por fim, disse que a escolha do Presidente demonstra sensibilidade política e compromisso com as lutas populares.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado celebrou a visita do Presidente Lula a Camaçari (BA), destacando a inauguração da fábrica da BYD, que ocupará o antigo complexo da Ford, agora voltado à produção de carros elétricos. Afirmou que o evento marca um novo ciclo de desenvolvimento econômico e tecnológico na Bahia, impulsionado por políticas industriais e alianças estratégicas do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Ressaltou que a Bahia concentra um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste e tem experimentado avanços expressivos sob gestões petistas. Elogiou o ex-Governador Jaques Wagner, responsável por ampliar o sistema viário e rodoviário, e o ex-Governador Rui Costa, que interiorizou a saúde e modernizou a educação com policlínicas regionais e escolas de tempo integral. Por fim, parabenizou o atual Governador Jerônimo Rodrigues, descrevendo-o como dinâmico, popular e comprometido com o desenvolvimento do Estado, e afirmou que a Bahia vive um momento de otimismo e crescimento, com destaque no cenário político e econômico do Nordeste.

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.041, de 2025, que dispõe sobre o direito do passageiro aéreo ao transporte gratuito de bagagem de mão e item pessoal em voos domésticos e internacionais operados em território nacional. Na oportunidade, agradeceu por ter sido designado Relator da proposição, e a classificou como extremamente justa, argumentando que o Brasil vive um momento de excesso de taxas e aumentos de impostos, o que sobrecarrega os consumidores. Além disso, afirmou que pretende ouvir todos os setores envolvidos — incluindo as companhias aéreas, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e as entidades de defesa do consumidor — para construir um texto equilibrado, que melhore o serviço de transporte aéreo e garanta conforto e segurança aos passageiros. Por fim, reforçou o compromisso de elaborar um relatório técnico e responsável, capaz de proteger os direitos dos consumidores e tornar o sistema mais justo para os brasileiros.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara anunciou a aprovação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.041, de 2025, que dispõe sobre o direito do passageiro aéreo ao transporte gratuito de bagagem de mão e item pessoal em voos domésticos e internacionais operados em território nacional. Na oportunidade, destacou que a Câmara vai trabalhar em conjunto com o Relator para construir um parecer equilibrado, capaz de proteger os consumidores contra abusos das companhias aéreas. Lembrou que o Congresso já havia aprovado um projeto semelhante, que proibia a cobrança por bagagens despachadas, mas o texto foi vetado sob o argumento de que isso reduziria o preço das passagens, algo que não aconteceu, já que as tarifas seguem cada vez mais altas. Além disso, classificou como “inaceitável” a tentativa das empresas de cobrar também pela bagagem de mão, reforçando que o projeto garante o direito básico de todo passageiro de transportar seus pertences pessoais sem custo adicional. Também parabenizou o Deputado Da Vitória pela autoria da proposta e reafirmou seu comprometimento em levar o texto ao Plenário o quanto antes, para dar uma resposta concreta à sociedade contra os abusos das companhias aéreas. Em seguida, consultou o Plenário e anunciou também a aprovação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2022, que altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para dispor sobre normas gerais para solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.499, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.499, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.499, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 4.499, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 4.499, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada destacou que sua bancada manifestou preocupação com a possibilidade de o Projeto de lei nº 4.499, de 2025, em discussão, criminalizar movimentos sociais que realizassem mobilizações pacíficas em rodovias. Informou ter dialogado com o Relator e com representantes do PL, incluindo a Deputada Bia Kicis, para construir um acordo que garantisse a inclusão de um parágrafo no texto, assegurando que manifestações pacíficas, amparadas pela Constituição, não fossem alcançadas pela nova lei.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário ao Projeto de lei nº 4.499, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado elogiou a Câmara dos Deputados pela apreciação do Projeto de lei nº 4.499, de 2025, que tipifica o crime de domínio de cidades, classificando-o como hediondo. Afirmou que a medida representa um avanço concreto na segurança pública, ao endurecer a legislação contra grupos armados e organizados que invadiam e controlavam Municípios para realizar roubos a bancos e transportadoras de valores. Por fim, ressaltou que a nova tipificação reforçava o compromisso do Parlamento com uma resposta firme ao crime organizado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.176, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências) para aumentar as penas nos casos de homicídio e lesão corporal contra agentes do estado, e dá outras providências.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara conduziu a votação do Projeto de Lei nº 4.176, de 2025, que endureceu as penas para crimes cometidos contra agentes das forças de segurança. Além disso, destacou que a medida representa um reconhecimento ao trabalho de policiais civis, militares e demais profissionais que arriscam a vida no combate ao crime organizado, reforçando a importância de proteger quem atua diariamente pela segurança da população brasileira.

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada registrou a presença do Vereador Ananias Júnior, de Anápolis (GO), destacando o trabalho realizado por ele no Município. Também mencionou o Prefeito Márcio Correa e pediu que a presença do Vereador fosse registrada nos Anais da Câmara dos Deputados como reconhecimento à sua atuação local.

Max Lemos (PDT - RJ) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada elogiou a apreciação do Projeto de lei nº 3.472, de 2023, que dispensa a renovação periódica de laudos para pessoas com diabetes crônica tipo 1. Destacou que a medida simplifica o acesso a medicamentos, exames e atestados, reduzindo a burocracia enfrentada por quem convive com a doença. Também mencionou que a iniciativa representa um avanço na promoção do cuidado e na garantia de dignidade às pessoas com diabetes tipo 1, parabenizando os autores, o Relator e a Câmara dos Deputados pela proposta.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional. Além disso, criticou o Governo Federal por dificultar a liberação de licenças ambientais para a exploração de petróleo na margem equatorial. Afirmou que a postura do Governo impede o fortalecimento do País em setores estratégicos e acusou a Gestão Federal de agir de forma contraditória ao adotar uma agenda ambiental que, em sua avaliação, restringe o desenvolvimento nacional, especialmente diante da pauta verde ligada à COP 30.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional. Além disso, parabenizou a Câmara dos Deputados pela votação do Projeto de Lei nº 4.176, de 2025, que aumentou as penas para criminosos e defendeu medidas mais rigorosas na área de segurança pública.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado expressou satisfação pelo reconhecimento unânime da Casa quanto a importância do Projeto de lei nº 3.472, de 2023, que dispensa a renovação periódica de perícias médicas para pessoas com diabetes tipo 1, destacando o impacto positivo da medida na saúde pública. Também elogiou o autor da proposta, Deputado Dr. Zacharias Calil, ressaltando sua competência e contribuição à bancada da saúde na Câmara.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

tipo 1 (DM1) em âmbito nacional. Além disso, defendeu a derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 2.687, de 2022, que classifica o diabetes mellitus tipo 1 como deficiência para todos os efeitos legais.

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada proferiu parecer às Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 6.256, de 2019, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu as Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 6.256, de 2019, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu as Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 6.256, de 2019, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos. Além disso, apresentou preocupação com a defesa do vernáculo da língua portuguesa com a tentativa de uso da linguagem neutra, ressaltando a língua portuguesa não deveria sofrer ideologização. Apontou a necessidade de manutenção dos fundamentos da língua, evitando construções como "todes" e "elu", que poderiam confundir a opinião das pessoas e desviar de temas mais importantes para o País.

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado discutiu as Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 6.256, de 2019, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos. Além disso, apontou preocupação com decisões do Supremo Tribunal Federal que, ao usurpar funções do Legislativo, interferem em iniciativas municipais relacionadas à linguagem simples e à questão de gênero, particularmente quanto à linguagem neutra, que gera confusão entre crianças e adolescentes em processo de alfabetização. Destacou ainda emenda ao PL que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

proíbe o uso de novas formas de flexão de gênero e número em desacordo com as regras gramaticais, o Vocabulário da Língua Portuguesa (VOLP) e o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu as Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 6.256, de 2019, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos. Além disso, comunicou mudança de posicionamento, tornando-se favorável à aprovação da matéria em função das alterações implementadas no texto que eliminam o risco de utilização de linguagem neutra.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada esclareceu que o Projeto de Lei nº 6.256, de 2019, trata de linguagem simples nos atos administrativos para assegurar compreensão pela população, não de linguagem neutra. Dessa forma, apontou necessidade de tornar sentenças judiciais e comunicações oficiais acessíveis, prática já adotada por vários Estados e Municípios. Além disso, ressaltou que linguagem compreensível assegura democracia, transparência e controle social. Informou também que as aprimorações do Senado estendem benefícios aos povos indígenas e pessoas com deficiência, além de garantir aplicação em todos os Municípios. Por conseguinte, afirmou tratar-se de passo fundamental para democracia e transparência administrativa.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado elogiou a aprovação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 6.256, de 2019, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.500, de 2025, que altera a legislação para aumentar a repressão aos crimes praticados por organizações criminosas, e dá outras providências.

Otto Alencar Filho (PSD - BA) - O Deputado parabenizou o Deputado Danilo Forte e reafirmou apoio total do PSD ao Projeto de Lei (PL) nº 4.500, de 2025, que altera a legislação para aumentar a repressão aos crimes praticados por organizações criminosas. Além disso, solicitou atenção especial à emenda ao PL que aborda combate ao tráfico de drogas e caracteriza determinadas ações como terrorismo.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado ressaltou débito do Parlamento com policiais militares, civis, rodoviários federais e penais, apontando inexistência de piso nacional da segurança pública desde 2009, quando aprovado em primeiro turno a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, que estabelece que a remuneração dos Policiais Militares dos Estados não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Federal. Destacou que o Estado da Paraíba paga o pior salário aos profissionais de segurança pública e questionou como falar em combate ao crime organizado sem remuneração adequada e condições de trabalho dignas. Além disso, assinalou que educação e saúde pública já possuem piso nacional e que a segurança pública segue desassistida, enquanto Governadores observam-na como despesa e não como investimento. Também pontuou epidemia de crime organizado e falta de aparelhamento nas forças estaduais. Por conseguinte, fez apelo urgente ao Plenário para aprovação do piso nacional dos policiais, afirmando ser gesto necessário para que profissionais adequadamente remunerados possam combater efetivamente o crime organizado.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado proferiu parecer à Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 4.500, de 2025, que altera a legislação para aumentar a repressão aos crimes praticados por organizações criminosas, e dá outras providências.

Otto Alencar Filho (PSD - BA) - O Deputado elogiou a aprovação da sua emenda ao Projeto de Lei nº 4.019, de 2019.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente comunicou a aprovação Projeto de Lei nº 4.500, de 2025, e parabenizou os Deputados envolvidos, destacando compromisso da Casa com avanço da segurança pública. Dessa forma, afirmou que a agenda proporciona condições favoráveis para enfrentar crime organizado. Além disso, reafirmou ser prioridade da Presidência tratar esses temas e ressaltou que sociedade brasileira ganha quando avança essa pauta. Por fim, identificou aprovação como demonstração de unidade da Casa em favor de País mais seguro.

Paulo Abi-Ackel (PSDB - MG) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 226, de 2024, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva, sobre a coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genético do custodiado e sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada pediu esclarecimentos ao Relator acerca do Projeto de Lei nº 226, de 2024, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva, sobre a coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genético do custodiado e sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada defendeu a rejeição do Projeto de Lei nº 226, de 2024, que altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva, sobre a coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genético do custodiado e sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia. Ademais, criticou a permissão para coleta indiscriminada de material genético, sem a atuação obrigatória de perito criminal e sem o controle previsto em lei. Considerou ainda mais grave o dispositivo que transforma a prisão em flagrante em prisão preventiva no caso de reincidência. Advertiu também que a medida afronta o princípio da presunção de inocência e agrava a situação de um sistema carcerário já superlotado. Ao final, ressaltou que a impunidade decorre da falta de investigação de crimes graves e não da ausência de endurecimento penal.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado criticou o Ministério dos Transportes por pretender extinguir, por meio de resolução, os centros de formação de condutores no País. Ademais, defendeu o Projeto de Lei nº 5.300, de 2025, de sua autoria, que altera o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro, a fim de reafirmar a competência exclusiva da União, por meio do Congresso Nacional, para regulamentar a formação de condutores. Argumentou ainda que a proposta protege um setor essencial para a segurança no trânsito, que salva vidas, promove cidadania e educação no trânsito. Por fim, pediu apoio para aprovação da urgência e do mérito da proposição.

Júlio Cesar (PSD - PI) - O Deputado defendeu a redistribuição dos royalties do petróleo e do gás natural, sustentando que a atual liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), em vigor há mais de 12 anos, causa prejuízos de 263 bilhões de reais a 24 Estados. Ademais, recordou que o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 12.734, de 2012, que estabeleceu critérios mais justos de partilha e corrigiu distorções históricas. Além disso, citou o Acórdão nº 2.385, de 2024, do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou concentração excessiva de recursos em poucos entes, e o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), que reconhece os royalties como bens da União, pertencentes a todo o povo brasileiro. Por fim, destacou que a redistribuição não retira direitos, apenas reduz privilégios, e pediu o julgamento da matéria pelo STF.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada apresentou proposta ao Relator do Projeto de Lei nº 226, de 2024, que altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva, sobre a coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genético do custodiado e sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia. Ademais, defendeu alterações no relatório para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

incorporar sugestões do União Brasil e do Partido dos Trabalhadores (PT), de modo que os partidos retirassem os destaques apresentados.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada apresentou duas sugestões ao Relator do Projeto de Lei nº 226, de 2024, que altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva, sobre a coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genético do custodiado e sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia. Ademais, defendeu que a coleta de material biológico fosse realizada por perito criminal e que o texto fosse alterado para incluir a hipótese de prisão ilegal.

Paulo Abi-Ackel (PSDB - MG) - O Deputado, na condição de Relator, afirmou que acolheu tanto as sugestões da Deputada Bia Kicis quanto as da Deputada Talíria Petrone ao relatório do Projeto de Lei nº 226, de 2024, que altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva, sobre a coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genético do custodiado e sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia.

Paulo Abi-Ackel (PSDB - MG) - O Deputado proferiu parecer à Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 226, de 2024, que altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva, sobre a coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genético do custodiado e sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados parabenizou o Relator, Deputado Paulo Abi-Ackel, pela sua contribuição para a aprovação do Projeto de Lei nº 226, de 2024, que altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva, sobre a coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genético do custodiado e sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia. Ademais, destacou o trabalho conjunto dos Líderes, das Deputadas Bia Kicis e Talíria Petrone e dos demais Parlamentares para o sucesso da proposição. Ao final, ressaltou que o projeto aprovado foi aprimorado em relação à versão do Senado e representa contribuição significativa para o fortalecimento da segurança pública e do combate à impunidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada parabenizou o Relator, Deputado Paulo Abi-Ackel, pelo acolhimento das sugestões do Partido Liberal (PL) e demais partidos para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 226, de 2024, que altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva, sobre a coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genético do custodiado e sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia. Ademais, ressaltou que a proposição equilibra o fortalecimento da segurança pública com a preservação das garantias processuais e fundamentais. Ao final, afirmou que apoiou a proposição e agradeceu ao Presidente da Câmara dos Deputados pelo diálogo e colaboração.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão de Viação e Transportes (CVT), do seu parecer ao Projeto de Lei nº 1.134, de 2025, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para determinar que os padrões de segurança e saúde dos motoristas profissionais sigam exclusivamente as especificações dos fabricantes de veículos, homologadas pela autoridade competente. Ademais, ressaltou que a medida elimina divergências, assegura previsibilidade e reforça a segurança nas estradas. Destacou ainda que as especificações técnicas são baseadas em rigorosos critérios de engenharia e que a proposta valoriza os motoristas profissionais. Ao final, parabenizou o autor da proposição e agradeceu aos membros da comissão pelo apoio.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado alertou para o agravamento da crise de abastecimento de água no Acre, destacando que, no terceiro ano do Governo Lula, a situação atingiu níveis de caos com bairros inteiros sem água por até nove dias. Citou ainda que o Rio Acre apresenta níveis elevados de turbidez, comprometendo o funcionamento das Estações de Tratamento de Água (ETAs) e afetando cerca de 500 mil pessoas. Criticou também a falta de investimentos prometidos no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), acusando o Governo Federal de priorizar obras eleitoreiras e negligenciar soluções modernas de tratamento e monitoramento hídrico. Ao final, cobrou investimentos efetivos em infraestrutura e condenou a omissão como traição política ao povo acreano.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado defendeu a aprovação do texto do Senado para o Projeto de Lei nº 2.100, de 2019, que autoriza o aproveitamento social e ambiental de terrenos ociosos da União para implantação de hortas comunitárias e viveiros destinados ao paisagismo urbano, com manejo orgânico e agroecológico. Ademais, destacou que a proposta garante permissão gratuita de uso por até cinco anos, prorrogável, fortalecendo a economia solidária e a gestão comunitária. Elogiou ainda a cooperação entre Municípios, universidades e instituições de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

proibição do uso de agrotóxicos. Ao final, enumerou benefícios à segurança alimentar, à saúde pública, ao meio ambiente e à inclusão produtiva.

Guilherme Uchoa (PSB - PE) - O Deputado destacou a importância da campanha internacional Outubro Rosa e defendeu o fortalecimento das políticas públicas de prevenção e combate ao câncer de mama. Ademais, citou dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), que estimam mais de 73 mil novos casos em 2025, e lembrou que o diagnóstico precoce pode garantir até 95% de chance de cura. Elogiou ainda instituições de referência em Pernambuco e ressaltou a relevância da construção do Hospital do Câncer do Araripe (PE). Enfatizou também a necessidade de ampliar o acesso à mamografia e ao tratamento digno em Pernambuco. Ao final, sustentou a transformação do Outubro Rosa em ações concretas de saúde e proteção à vida.

Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado alertou para os casos de adulteração de bebidas alcoólicas com metanol, relatados pela imprensa e investigados pelas autoridades, que têm provocado intoxicações e mortes. Ademais, destacou que 36% das bebidas comercializadas no Brasil em 2024 foram falsificadas, gerando prejuízo fiscal estimado em 85,2 bilhões de reais, e apontou o envolvimento do crime organizado nesse mercado ilícito. Defendeu ainda o endurecimento das penas previstas no art. 272 do Código Penal, que trata da falsificação de bebidas, e punições a estabelecimentos que adquiram produtos de origem irregular. Ao final, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.307, de 2007, que inclui inciso VIII na Lei nº 8.072, de 1990, para classificar como crime hediondo a adulteração de alimentos.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado denunciou a existência de uma rede de gravações ilegais no Maranhão, utilizadas com fins políticos. Relatou ter sido gravado clandestinamente após atender a um pedido do Governador Carlos Brandão para dialogar com o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, a fim de buscar a pacificação do grupo político local. Afirmou que o conteúdo da conversa, voltado apenas à conciliação, foi distorcido pelo irmão do Governador, Marcos Brandão, para criar uma narrativa de chantagem. Ademais, considerou o episódio uma traição política e moral, anunciou a exoneração de seu pai, Rubens Pereira, do cargo de Secretário de Articulação Política, e acusou o grupo político do Governador de reinstalar práticas arcaicas de vigilância e poder familiar. Ao final, reafirmou sua posição em defesa da verdade e da liberdade política no Maranhão.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou o Outubro Rosa como símbolo de esperança e mobilização pela vida. Citou dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), que estima mais de 73 mil novos casos de câncer de mama em 2025, e da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo a qual uma mulher é



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 227.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/10/2025

diagnosticada com a doença a cada 14 segundos. Destacou que o diagnóstico precoce garante até 90% de chance de cura e que a cobertura de mamografias no Brasil é insuficiente, especialmente na Região Norte. Ademais, ressaltou a sua autoria das Leis nº 14.538, de 2023, que assegurou a substituição de implante mamário, e nº 15.174, de 2025, que criou a Política Nacional de Enfrentamento ao Papiloma Vírus Humano (HPV). Ao final, defendeu o fortalecimento da prevenção e do cuidado integral à saúde feminina.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado homenageou o Dia do Médico, destacando sua dedicação à vida humana em todas as suas fases. Manifestou preocupação com as condições precárias de trabalho enfrentadas por médicos em regiões afastadas, onde faltam infraestrutura, equipamentos e equipes de apoio, além da sobrecarga de trabalho e da defasagem salarial. Defendeu políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho, remuneração justa, formação continuada e fixação de profissionais em áreas carentes. Enfatizou que valorizar a medicina é priorizar a saúde pública e o direito do cidadão. Ao final, reafirmou seu compromisso de apoiar medidas que fortaleçam essa profissão essencial ao País.

ENCERRAMENTO